

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO Nº 1-ANO 3 DA REVISTA ENSAIOS\*

*Rubens Soares de Lima \*\**

O grande mérito da coletânea de textos apresentados no Nº 1 - Ano 3 da Revista Ensaíos FEE é o de lançar ao debate algumas teses que ainda persistem controversas, mesmo que nuançadas, sobre uma determinada fase da história brasileira — o chamado Período Populista — e, como consequência, da economia rio-grandense. Como consta da própria apresentação, são textos que se situam em marcos teóricos diferenciados e perseguem objetivos diversos. Não teria sentido, portanto, tentar confrontá-los ou explicitar o fio condutor que os une. A intenção deste comentário coloca-se, pois, em outro plano. Trata-se de examiná-los à luz das informações atuais e retirar daí a valiosa contribuição que eles fornecem para a compreensão da história da economia sulina. Mais precisamente, interessa-nos discutir certos aspectos que, na nossa opinião, são essenciais para a compreensão do tipo de análise que os mesmos possuem.

Por uma questão de comodidade, os textos serão discutidos em conjunto, buscando-se salientar as respostas que os seus autores oferecem aos problemas do desenvolvimento econômico. Adverte-se, todavia, que o fato de serem os mesmos tratados em bloco não significa que os pontos referenciados em um autor sejam, necessariamente, compartilhados pelos demais. Deve-se, também, alertar que vários dos aspectos que irão atrair nossa atenção transpõem os limites da economia estadual. Isso decorre do fato de terem os quatro autores em tela a inegável virtude de pensar o Rio Grande do Sul a partir de sua integração com a economia brasileira. Mais do que uma simples introdução ou etapa metodológica, o cenário nacional é sempre uma referência que sobredetermina a acumulação da região.

---

\* As citações deste comentário referem-se sempre aos artigos abaixo relacionados.

OHLWEILER, Otto Alcides. Sobre o processo do desenvolvimento do Rio Grande do Sul. *Ensaíos FEE*, Porto Alegre, 3(1):5-40, 1982.

ACCURSO, Claudio F. Aspectos fundamentais para uma política de desenvolvimento no Rio Grande do Sul. *Ensaíos FEE*, Porto Alegre, 3(1):41-77, 1982.

TEJO, Limeira. Contribuição à crítica da economia Rio-Grandense. *Ensaíos FEE*, Porto Alegre, 3(1):79-108, 1982.

SCHILLING, Paulo. Trigo. *Ensaíos FEE*, Porto Alegre, 3(1):109-36, 1982.

\*\* Economista, Diplôme D'Études Approfondies pela Universidade de Paris I, Professor da UNISINOS, Técnico da FEE.

É precisamente a esse nível que transparece a primeira constatação básica: a influência da ideologia populista/nacionalista, própria da época, que permeia e, de certa forma, condiciona todos os textos. Como não poderia deixar de ser, isso traz implicações precisas nos seus respectivos discursos.

Efetivamente, ao centrar a análise do subdesenvolvimento nas relações de dependência no plano internacional, esse tipo de enfoque tende a mascarar os aspectos específicos das relações de classe de uma economia capitalista. Desse modo, o "nó górdico" do atraso econômico fica colocado na oposição que mantêm entre si os países ricos e os países pobres, sem maiores considerações com as contradições sociais básicas, inerentes a todo e qualquer processo de acumulação de capital. Logo, o imperialismo — através de seu representante, o grande capital — passa a ser o alvo de todo o ataque. Ao mesmo tempo, como o subdesenvolvimento é visto como uma *etapa* do processo de desenvolvimento capitalista, é natural que o avanço do capitalismo nacional seja visto como a panacéia dos males da economia brasileira e, por derivação, da gaúcha.<sup>1</sup> Para tanto, é necessário que se rompam os laços com o imperialismo, viabilizando o florescimento das forças produtivas internas. Coloca-se, pois, como fundamentais a formação e o fortalecimento do mercado interno, de modo que sejam criados os estímulos necessários à acumulação de capital nativo. Como corolário aparece a tese da premência do combate ao latifúndio, por um lado, pelo empecilho que ele representa à expansão do mercado interno, ao plasmar relações de produção pré-capitalistas (não-monetárias), comprimindo o poder aquisitivo da população<sup>2</sup>, e, por outro, pelo entrave que representa ao próprio avanço do capitalismo no campo, uma vez que é o responsável pela manutenção do elevado nível da renda da terra.<sup>3</sup> É por esse motivo que o desenvolvimento da triticultura é saudado como sendo o caminho pelo qual se dará a expansão do capitalismo agrário e a conseqüente decadência do segmento latifundiário dedicado a pecuária. Essa posição aparece, claramente, nas palavras de Paulo Schilling: "A penetração capitalista no campo é uma realidade vitoriosa" (Schilling, p. 116). Ou ainda, "...o capitalismo em marcha no campo, à medida que se consolida, irá exigir dos governos futuros, já então representantes de seus interesses e não mais dos latifundiários, a adoção da reforma agrária.

"De qualquer maneira, o latifúndio será extinto" (Schilling, p. 117).

Resumindo, segundo esse tipo de raciocínio, a evolução do capitalismo no setor agrário colocaria contradições de tal ordem à existência do

<sup>1</sup> Conforme, por exemplo, Limeira Tejo: "Assim, considerando-se que as atividades fabris são a fase avançada de um "processus" histórico, a última etapa de um desenvolvimento econômico sistemático, seu estudo não pode ser realizado senão em função dos elementos que os condicionaram — o que vale dizer: em função de toda a evolução da sociedade". (Ensaio FEE, v.3, n.1, p.90).

<sup>2</sup> Conforme, por exemplo, Otto Ohlweiler: "Conservam-se, todavia, as relações semifeudais em imensas áreas, bem como a situação de dependência do País em face ao imperialismo. As sobrevivências feudais freiam o progresso da agricultura e, mantendo as massas camponesas na miséria e alheadas das relações de troca, dificultam a expansão do mercado interno tão necessário para a indústria em crescimento". (Ensaio FEE, v.3, n.1, p.6).

<sup>3</sup> Conforme, por exemplo, Paulo Schilling: "Os peões de fazenda, cujo trabalho se tornou excedente nas estâncias, e que vinham engrossar as populações marginais ao redor das grandes cidades encontram serviço nas lavouras mecanizadas de trigo. Com isso, nas zonas de trigo foi contido o êxodo dos campos". (Ensaio FEE, v.3, n.1, p.118).

latifúndio que forçaria — nos moldes do que se passou na Europa — a realização da reforma agrária. A história, entretanto, demonstrou que era possível e mesmo "funcional" a convivência desses dois segmentos da estrutura fundiária.

Subjacente a essa concepção, reside a idéia que diferencia o grande capital — identificado com o imperialismo — das pequenas unidades de capital nacional. O conceito de capital não é visto como uma relação social entre proprietários e não proprietários e sim a partir da sua utilização. Ele é desejável se for utilizado para produzir internamente para o mercado nacional e é indesejável se for forâneo e/ou produzir para o mercado internacional. Com base nessa concepção, é natural que o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, principalmente sua industrialização, seja entendido como aquele que apresenta todas as vantagens de uma organização econômica de tipo familiar, mesmo que com a presença de trabalho assalariado.<sup>4</sup> Torna-se necessário, portanto, que se resguarde o espaço econômico gaúcho das conseqüências nefastas que lhe adviriam pela penetração dos grandes monopólios.<sup>5</sup> Fica implícita, pois, a possibilidade da ocorrência de um processo capitalista, próprio ao Rio Grande do Sul, que escapa à lógica da lei geral da acumulação. Essa posição pode ser evidenciada nas palavras de Limeira Tejo ao dizer que aqui ocorre "...uma concentração que se realiza com a lógica natural das coisas que crescem e não com a violência das iniciativas sem histórias" (Tejo, p.107).

Deve-se ressaltar, todavia, que essa não é uma opinião compartilhada por Claudio Accursc, para quem é precisamente o caráter familiar, que ainda predomina nas pequenas e médias empresas, o grande empecilho ao dinamismo da acumulação de capital no extremo sul.<sup>6</sup>

Nos marcos do quadro até aqui esboçado, seria inevitável que se colocasse a necessidade da presença do Estado no centro dos requisitos básicos para se transpor o estágio de uma sociedade ainda com amarras coloniais para o horizonte de um capitalismo nacional. Registra-se aqui, indubitavelmente, outro grande mérito dos textos em discussão. Efetivamente, o abandono da questão do Estado em estudos posteriores esvaziou, em muito, a possibilidade da compreensão do seu papel e de suas funções no desenvolvimento das sociedades capitalistas. Entretanto, é precisamente pela ausência de uma análise mais aprofundada da sua natureza, que o Estado passa a ser entendido como uma entidade neutra, suscetível de ser usado por esta ou aquela classe ou fração de classe.

<sup>4</sup> Conforme Limeira Tejo: "A nossa fábrica, como a nossa lavoura, é o resultado de atividades nitidamente pessoais. Sua economia se desenvolveu com o desenvolvimento das famílias e dos grupos. Cresceram como que por imposição do crescimento vegetativo da população, justamente como um homem que aumenta sua casa para atender ao aumento dos filhos". (Ensaio FEE, v.3, n.1, p.108).

<sup>5</sup> Conforme Limeira Tejo: "Se permitirmos que essa admirável formação (a do Rio Grande do Sul) sofra a influência dos padrões capitalísticos, nosso mundo — que cresceu por força do trabalho — perderá as bases igualitárias que, até agora, garantiram a generalização da riqueza". (Ensaio FEE, v.3, n.1, p.107).

<sup>6</sup> Conforme Claudio Accurso: "Além dos obstáculos já enumerados, há o problema da forma institucional das empresas rio-grandenses. As melhores e mais lucrativas são de natureza familiar, independente de sua forma jurídica, dificultando extraordinariamente sua expansão e fechando qualquer possibilidade de incorporação de poupanças de pessoas fora do grupo. Por um lado, não evoluem, continuando com linhas tradicionais e métodos rotineiros, e por outro não chegam a formar um mercado de capitais, oferecendo oportunidade de emprego aos recursos disponíveis." (Ensaio FEE, v.3, n.1, p.64).

Dessa forma, o problema, que é colocado nos termos da ideologia populista, é o de "capturar" o Estado, para que esse, sob a influência de forças progressistas, leve avante o projeto de construção do capitalismo nacional.<sup>7</sup> O substrato social desse projeto encontra respaldo na viabilidade de um "pacto de classes" interessadas no pleno desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Isso explicita-se nas palavras de Paulo Schilling que, ao falar das possibilidades de consolidar o desenvolvimento da triticultura, aponta como fator fundamental "...o apoio do que existe de melhor no País — a classe trabalhadora, os estudantes, os militares e todos os demais setores nacionalistas" (Schilling, p.132).

No que tange especificamente ao Rio Grande do Sul, duas últimas considerações merecem especial ênfase. A primeira já foi assinalada no início deste comentário e diz respeito a um aspecto metodológico, qual seja, a compreensão da economia gaúcha a partir de suas vinculações e articulações com o processo brasileiro de acumulação. Efetivamente, em nenhum dos autores aparece o equívoco, que se tornou frequente, de pensar o estado sulino como uma totalidade econômica, circunscrita ao seu espaço geográfico. A questão regional emerge, pois, não como a busca de soluções em si mesma, mas como uma reivindicação de alterações no modelo brasileiro. Essa posição pode ser claramente exemplificada através das palavras de Claudio Accurso ao mostrar que "...ao contrário do que muitos pensam, a economia do Rio Grande do Sul não tem nada de autárquica, já que se apresenta com um grau de abertura bastante expressivo. Sua dependência de outras regiões é apreciável, o que lhe insinua um cuidado todo especial para essa realidade. Convém esclarecer, outrossim, que essa dependência é função, em grande parte, da própria constelação de recursos da área, e não depende de mera vontade ou política econômica. Desejar, assim, que uma região dependa o menos possível do exterior é pura posição emocional, que nada tem a ver com as condições naturais e objetivas a que deve subordinar-se" (Accurso, p.55). Acrescente-se a isso a fantástica concentração de recursos e de instrumentos de política econômica, que desde então passaram para as mãos da União, e ter-se-á a medida exata das possibilidades do desenvolvimento endógeno regional.

A segunda observação a ser feita é sobre a pertinência da colocação de Otto Ohlweiler no que se refere à especificidade do parque industrial gaúcho, mostrando que "... o processo econômico regional se ajusta, em suas linhas gerais, ao esquema do desenvolvimento capitalista no País. Porém, o processo regional apresenta certas particularidades. O desenvolvimento capitalista se manifesta tanto através da expansão da indústria como da penetração das formas capitalistas de produção em certos setores da agricultura. Quanto à indústria gaúcha, é preciso destacar que ela realmente cresce, mas sempre conservando-se nos marcos das atividades transformativas ligadas à elaboração de produtos de consumo a partir das matérias-primas agropecuárias regionais. Até o momento, não

<sup>7</sup> Conforme, por exemplo, Otto Ohlweiler: "O desenvolvimento capitalista em curso no País está já se refletindo sensivelmente no caráter do Estado brasileiro, em seu regime político na composição do atual governo. O Estado não mais pode ser encarado como representando apenas os latifundiários e setores capitalistas ligados ao imperialismo, pois ele representa também ponderáveis forças da burguesia interessadas no desenvolvimento independente da economia nacional." (Ensaio FEE, v.3, n.1, p.6).

chegou a se esboçar uma apreciável indústria de meios de produção. Nestas condições, o crescimento industrial se acha condicionado ao progresso das forças produtivas na agricultura" (Ohlweiler, p.39). Efetivamente, esse foi um traço que marcou profundamente o processo econômico do Rio Grande do Sul. A aposta no desenvolvimento industrial baseado na transformação de produtos de seu Setor Primário e a ausência de um segmento produtor de bens de capital mais consistente fizeram com que o Estado fosse duramente penalizado quando o modelo brasileiro de acumulação inclinou-se, decisivamente, para a produção de bens duráveis de consumo.

Enfim, é inegável que a leitura dos referidos textos abre a possibilidade de um debate vigoroso sobre um leque de questões, que vão desde o questionamento do modelo brasileiro até a visão prospectiva do tipo de sociedade que se almeja para o Rio Grande do Sul. Mais que isso, entretanto, o engajamento social dos autores em assuntos decisivos e polêmicos mostra, claramente, o enriquecimento que advém para a análise econômica, à medida que a despimos de sua pseudoneutralidade científica e a colocamos nos marcos da economia política.